



José Cruz

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova convite a diversas autoridades, entre elas Dilma Rousseff, Guido Mantega, Henrique Meirelles e Luciano Coutinho, para discutir os efeitos da crise no Brasil



J. Freitas

Retração no comércio de carnes preocupa Valter Pereira e Gilberto Goellner

## Tamanho da crise assusta, e Senado estuda alternativas

A queda de 3,6% no produto interno bruto (PIB) no último trimestre do ano passado, divulgada pelo IBGE, motivou ontem uma série de debates em Plenário. A crise gerou preocupação também nas comissões: a de Assuntos Econômicos programou audiências públicas e a de Agricultura e Reforma Agrária pretende discutir a retração do mercado internacional de carnes e o fechamento de frigoríficos. **4 e 5**

### Jarbas: ofício distorce fatos sobre denúncia

Jarbas Vasconcelos afirma que não atribuiu a integrantes do PMDB a contratação de serviço de espionagem. **7**

### Obra pública com madeira certificada

Exigência de certificação é prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente do Senado. **6**

O ex-presidente chileno Eduardo Frei foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem discutiu a crise financeira internacional. Eduardo Frei cumpre uma agenda de contatos internacionais antes de entrar na corrida presidencial para disputar a sucessão de Michelle Bachelet. O senador democrata-cristão presidiu o Chile entre 1994 e 2000. **2**



Jane Araújo

Ex-presidente chileno (D) se encontra com o presidente do Senado

### Meios para o cidadão fiscalizar recursos

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, assinaram ontem um protocolo de cooperação com o objetivo de proporcionar aos cidadãos brasileiros meios de fiscalizar efetivamente a aplicação do dinheiro público. Sarney lamentou a falta de recursos humanos capacitados para gerir os bens públicos. **2**

### Heráclito pede parecer sobre pagamento de hora extra

A pedido do 1º secretário, Advocacia do Senado emitirá parecer sobre o pagamento de horas extras a funcionários da Casa durante o recesso parlamentar de janeiro. **3**



Jonas Pereira

Protocolo de cooperação prevê, entre outras ações voltadas para a sociedade, a transmissão pela TV Senado de programas jornalísticos sobre as atividades do Tribunal de Contas da União

## Senado e TCU criam meios para o cidadão fiscalizar dinheiro público

OS PRESIDENTES DO Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, assinaram ontem um protocolo de cooperação para promover o intercâmbio de informações, desenvolvimento institucional, divulgação e promoção de ações de educação a distância. A medida tem como objetivo aproximar suas ações da fiscalização da sociedade.

Pelo acordo, caberá ao Senado fornecer ao TCU material relativo aos cursos; transmitir mensalmente pela TV Senado o programa *TCU em Ação*; transmitir programa semanal de material jornalístico sobre as atividades da corte; e orientar o tribunal quanto aos padrões técnicos para a produção e veiculação desses audiovisuais.

Ao discursar na solenidade, Sarney observou que o principal objetivo do protocolo é propiciar aos cidadãos brasileiros meios de efetivamente fiscalizar o Estado na gestão dos dinheiros públicos. O senador disse que a Constituição de 1988 foi sábia em dar ao tribunal completa autonomia. Afirmou que foi em respeito a essa condição que, ao assumir a Presidência do Senado, visitou o presidente da República, os presidentes do Supremo Tribunal Federal e da Câmara dos Deputados, assim como o



José Sarney (D) e Ubiratan Aguiar firmam, durante solenidade na Casa, acordo de intercâmbio

presidente da corte de contas.

Sarney disse que TCU e Legislativo estão preocupados em capacitar as pessoas para evitar vulnerabilidades na administração dos recursos públicos. Ele lastimou a falta de recursos humanos capacitados para gerir os bens públicos, lamentando ainda que as faculdades não se interessem em capacitar gestores nessa área.

Por sua vez, Ubiratan Aguiar assi-

nalou que aquele era um momento importante não só para o tribunal, mas para o Estado brasileiro. Ele disse que o controle externo não deve se restringir à sanção sobre o mau gestor do dinheiro público, mas implica o trabalho antecipado de formar o gestor.

– Muitos, não por dolo, mas pela falta de preparo, cometem falhas formais e, como tal, se avolumam os processos no tribunal – observou Ubiratan Aguiar.

### Dirigentes da ABM visitam presidente do Senado

O presidente e o vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados (ABM), Mozart Valadares e Wilson Dias, respectivamente, em companhia do senador João Ribeiro (PR-TO), foram recebidos ontem pelo presidente da Casa, José Sarney.

Os magistrados convidaram Sarney para dois eventos: a comemoração dos 60 anos da ABM, a ser realizada em 10 de setembro, em Brasília; e o 20º Congresso Brasileiro de Magistrados, que ocorrerá de 29 a 31 de outubro, em São Paulo.

Na opinião de João Ribeiro, a presença de representantes do Parlamento nesses eventos é importante para a integração do Legislativo com o Judiciário. O senador disse que Sarney ficou honrado com o convite e se empenhará para incluir esses compromissos em sua agenda.

### Cristovam defende eleição de deputado por brasileiros que vivem no exterior

Uma delegação de brasileiros residentes em Massachusetts (EUA) representante do Comitê Pró-Cidadania Unido, acompanhada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Eles pediram prioridade na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05) que concede a brasileiros residentes no exterior o direito de votar num deputado que os represente. O grupo entregou abaixo-assinado com 20 mil nomes de brasileiros nos Estados Unidos favoráveis à PEC.

Sarney prometeu tratar do assunto com prioridade, mas informou que a pauta do Senado está trancada por duas medidas provisórias (MPs), o que impede a votação de outras matérias. Ele disse reconhecer que os brasileiros no exterior enfrentam dificuldades, intensificadas pela crise financeira mundial.

A PEC, de autoria de Cristovam, está na ordem do dia para ser votada em primeiro turno. Depois de ser submetida a um segundo turno, seguirá para a Câmara. O

texto altera o artigo 45 da Constituição, explicou, para permitir que brasileiros no exterior elejam um deputado que os representará no Congresso Nacional.

Segundo Cristovam, são mais de 3 milhões de brasileiros que vivem fora do país – uma população maior que a do Distrito Federal, ressaltou. O senador lembra na justificativa da PEC que esses residentes podem votar somente para presidente da República.

O pastor Jota Moura, um dos membros do comitê, afirmou que, só na grande Boston, existem 300 mil brasileiros. Ele observou que esses cidadãos contribuem com a geração de emprego e renda no Brasil, uma vez que enviam recursos para o país e movimentam a economia de suas cidades de origem.

Jorge Costa, também membro do comitê, disse que brasileiros nos EUA querem exercer a cidadania e manter um vínculo maior com o Brasil. Ele ressaltou a importância de haver um parlamentar responsável pelas questões relacionadas aos brasileiros no exterior.

### Ex-presidente chileno Eduardo Frei visita Sarney

O ex-presidente do Chile Eduardo Frei foi recepcionado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. Eduardo Frei cumpre uma agenda de contatos internacionais para, em seguida, entrar na corrida para disputar a sucessão de Michelle Bachelet no Palácio La Moneda. Senador democrata-cristão, ele já presidiu o Chile entre 1994 e 2000.

Na conversa com Sarney, um dos temas dominantes foi a crise financeira internacional. Eduardo Frei disse que, como seu país tinha superávit fiscal, está podendo enfrentar com algum equilíbrio os transtornos que

afetam a economia mundial desde o ano passado. Ele afirmou que seu país tem adotado medidas como investimentos em obras de infraestrutura e



Eduardo Frei (E) conversa com Sarney sobre a crise internacional

de educação, o que tem servido para contornar os índices de desemprego.

Na avaliação de Sarney, o Brasil também está sabendo conduzir-se na crise, em razão de ter construído superávits primários capazes de tornar sua economia mais sólida diante dos abalos financeiros enfrentados pelos países desenvolvidos.

Na conversa, Sarney lembrou que esteve, acompanhado do ex-senador Franco Montoro, com o pai de Eduardo Frei, testemunhando sua luta pela recondução pacífica do Chile ao regime democrático.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão lembra batalha no Piauí

Às 10h, sessão especial do Senado comemora os 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior, no Piauí. Às 14h a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por dois projetos de lei de conversão: o PLV 31/08 (MP 445/08), que dispensa a Caixa de recolher parte dos dividendos e juros sobre capital próprio para financiar a construção civil; e o PLV 1/09 (MP 447/08), que altera o prazo de pagamento de impostos e contribuições federais.

### Sarney recebe o príncipe Charles

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 11h o ministro da Educação, Fernando Haddad. Às 15h40, juntamente com o presidente da Câmara, Michel Temer, recebe o príncipe de Gales e herdeiro do trono britânico, Charles, e sua mulher, Camilla Parker Bowles, duquesa da Cornualha. Às 16h, Sarney preside a ordem do dia e, às 19h30, participa, na embaixada do Chile, da recepção em homenagem ao ex-presidente daquele país Eduardo Frei.

### Morador de rua no ProJovem

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne a partir das 9h para analisar 13 itens. Entre eles, o projeto que altera a lei que inclui os jovens de 15 a 17 anos em situação de morador de rua entre os beneficiários do ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

### Leilão virtual em análise na CCT

Substituto ao projeto que torna obrigatória a participação de leiloeiros em pregões virtuais será analisado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 8h30. A proposta é terminativa na CAS.

### Vigilância de condenados

Projetos sobre segurança pública – entre eles o que prevê a utilização de pulseira ou tornozeleira eletrônica para a vigilância indireta de condenados pela Justiça – estão na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne às 10h.

### Isenção do IR para diabéticos

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne para examinar a possibilidade de incluir o diabetes melito entre as enfermidades cujos portadores têm direito à isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria e reforma.

### Regimento Interno

A Comissão Temporária de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal realiza, às 10h30, debate de propostas com o tema “Comissões: tipos e organização, competência, emendamento e relatoria”.

## Mão Santa: pobres perdem casa no Piauí



Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo do PT no Piauí por estar permitindo que mutuários inadimplentes percam suas casas populares, construídas em sistema de mutirão.

O senador afirmou que o atual governo do estado vendeu a carteira imobiliária da antiga Cooperativa Habitacional aos bancos, que agora estariam tomando as casas das pessoas que não podem pagar as prestações.

– Fiz 40 mil casas populares quando fui governador. O serviço social dava o cimento, o tijolo e a telha, e as pessoas entravam com a mão-de-obra. Agora os aloprados do PT estão tomando as casas dessas famílias.

## Arruda elogia iniciativa de Mangabeira

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a atitude do ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, que tem percorrido o interior do Nordeste, juntamente com sua equipe técnica, para conhecer projetos que têm dado certo na região. O senador acompanhou o grupo na área do baixo rio Jaguaribe, em visita a projetos de irrigação e programas de apoio ao pequeno produtor. Também houve debate sobre desenvolvimento com prefeitos e líderes comunitários, relatou. Arruda entende que o programa a ser proposto pelo ministro de Assuntos Estratégicos representará uma grande oportunidade para o Nordeste.



Inácio Arruda

## Novo regimento do Senado deve agilizar as votações

Os tipos e a forma de organização das sessões plenárias e das comissões foram analisados ontem pela Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado. Além da flexibilização do rito de votação em Plenário – que já ocorre na prática –, o relator do colegiado, senador Gerson Camata (PMDB-ES), propôs que as sessões não-deliberativas sejam improrrogáveis.

Segundo Camata, a minuta do projeto de resolução de reforma do regimento não deverá reunir só mudanças no texto em vigor, mas também incorporar iniciativas já incluídas na rotina das comissões e do Plenário. Ele acredita que isso impedirá que alguma medida adotada corriqueiramente possa ser contestada por não estar no regimento, conferindo “mais personalidade e força às decisões tomadas”.

A partir desse raciocínio, o senador propôs que seja normatizada a flexibilização dos interstícios e do segundo turno de votação de proposta de emenda

à Constituição. Na sua opinião, não faz sentido manter as atuais regras, que amarrariam o desempenho da ação legislativa – e se justificavam apenas no tempo em que a comunicação oficial das decisões era demorada, quando ainda não se contava com a atual agilidade dos meios de comunicação.

### Homenagens

Em relação às sessões plenárias, ficou definido ainda que não haverá homenagens no período de expediente. Segundo proposta formulada por Camata, com a participação de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), vice-presidente da comissão, e Papaléo Paes (PSDB-AP), as sessões especiais deverão se limitar a duas por mês e contar com apenas seis oradores, ficando proibida sua realização em julho e dezembro.

O presidente da comissão, senador Marco Maciel (DEM-PE), propôs a retomada hoje, a partir das 14h30, da análise da proposta de novo regimento.



Maciel, entre Camata (E) e Papaléo, preside reunião para discutir regimento

## Comissão sobre regulamentação de artigos constitucionais é criada

O Plenário aprovou requerimento de Garibaldi Alves (PMDB-RN) criando uma comissão temporária de senadores para estudar quais artigos da Constituição ainda dependem de regulamentação para que direitos fundamentais dos cidadãos entrem em vigor. O colegiado, com 11 senadores titulares e o mesmo número de suplentes, deverá apresentar até o final deste ano os projetos de regulamentação dos artigos identificados.

A Câmara criou uma comissão idêntica. Levantamentos iniciais de assessorias do Congresso já apontaram que o número de artigos da Carta que ainda dependem de regulamentação ultrapassam os cem. Um dos artigos mais conhecidos que dependem de regulamentação trata do direito de greve no serviço público (artigo 37, inciso VII).

Deputados e senadores afirmam que a pressão dos servido-

res públicos impediu até hoje a aprovação da lei da greve. Em outubro de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que, enquanto não for aprovada a regulamentação pelo Congresso, vale para os servidores a legislação aplicada aos trabalhadores de empresas privadas (corte de ponto e de salários e manutenção de serviços essenciais).

Também depende de lei o inciso V do mesmo artigo 37 da Constituição, que definirá os cargos de confiança da administração pública que devem ser preenchidos somente por servidores concursados e aqueles que podem ser ocupados por funcionários comissionados.

Na área partidária, dependem de regulamentação artigos sobre sistema eleitoral e fidelidade. Já o setor tecnológico está aguardando lei complementar sobre interceptação telefônica e outros assuntos.

## Heráclito pede parecer sobre o pagamento de hora extra

Senador espera manifestação da Advocacia Geral do Senado sobre benefício recebido por servidores da Casa em janeiro. “Tudo vai ser apurado, fiquem tranquilos”, disse

O 1º SECRETÁRIO do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), pediu ontem ao advogado-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira de Mello, parecer sobre o pagamento de horas extras a funcionários da Casa durante o recesso de janeiro. O senador espera que o documento esteja em suas mãos em 48 horas.

Heráclito disse que os fatos estão sendo apurados e não quis opinar, antes de ter acesso ao parecer da Advocacia Geral, sobre a possibilidade de os recursos serem devolvidos pelos funcionários.

O senador destacou que há plantão durante o recesso e



Para Heráclito, é preciso “prestar contas à Mesa diretora e à sociedade”

que é preciso verificar em que circunstâncias as horas extras foram pagas. “Não há nada de ilegal em receber por traba-

lhar”, disse. Ele afirmou ainda que está “dentro do pacote de curiosidades” dele, a ser respondido pela Advocacia do Senado, saber se o aumento de 111% no valor máximo a ser pago a título de horas extras foi concedido dentro da lei.

– Temos que prestar contas à imprensa, à Mesa diretora e à sociedade. Tudo vai ser apurado, fiquem tranquilos – afirmou.

Heráclito responsabilizou “setores do Senado insatisfeitos com o resultado das eleições” (para a Presidência da Casa), que estariam estimulando certos tipos de “denúncias genéricas que não levam a nada”.

## Chefes da Casa elaboraram a lista para benefício, diz Efraim

Efraim Moraes (DEM-PB) sustentou ontem que não teve responsabilidade, como 1º secretário do Senado em janeiro, pela elaboração da lista de funcionários que fizeram hora extra naquele mês. Segundo esclareceu, a relação é elaborada pelos chefes de gabinetes dos senadores e pelos chefes dos vários órgãos da Casa, os quais encaminham o documento diretamente à Secretaria de Recursos Humanos.

Assim Efraim respondeu à matéria do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o pagamento de horas extras a 3.883 funcionários em janeiro, ao custo de R\$ 6,2 milhões. O senador disse que, como 1º secretário, apenas assinou ofício sobre as horas extras, obedecendo a “critério administrativo, vigente há anos”.

Em aparte, Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que era responsável pelas horas extras de seu gabinete. Papaléo Paes



Efraim afirma que assinou ofício obedecendo a critérios administrativos

(PSDB-AP) solidarizou-se com Efraim. Tião Viana (PT-AC) disse que Efraim relatava os fatos como eles ocorreram.

## Sarney: pagamento no recesso foi “um absurdo”

O presidente do Senado, José Sarney, considerou “um absurdo” o pagamento de hora extra a funcionários da Casa em janeiro, mas lembrou que o fato é anterior à sua administração.

– Eu acho que o caminho normal seria a suspensão [do pagamento]. Mas eu não quero entrar em atribuições que não são minhas – disse.

Sarney falou ainda sobre conversa que teve com o presidente Lula e com o presidente da Câmara, Michel Temer, sobre uma agenda comum entre as Casas.

– Eu e Temer colocamos que o primeiro item dessa agenda devem ser as medidas provisórias. O presidente Lula está de acordo em que se esgotou o prazo de vigência desse modelo.

## Presidência não toma a decisão, afirma Garibaldi

Garibaldi Alves (PMDB-RN), que presidia o Senado em janeiro, afirmou à Agência Senado que decisões quanto ao pagamento de horas extras não passam pela Presidência da Casa. Porém, acredita que deveria haver maior controle sobre o pagamento.

Ele destacou que o 1º secretário na ocasião, Efraim Moraes, já divulgou uma nota sobre o assunto, esclarecendo que o setor de recursos humanos apenas paga hora extra aos funcionários indicados pelos gabinetes e pelas secretarias do Senado e que a Primeira Secretaria também não tem ingerência sobre o assunto.

## Virgílio: há “uma certa alienação do Senado”

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou em entrevista à imprensa que o pagamento de R\$ 6,2 milhões em horas extras durante o recesso parlamentar de janeiro mostra “uma certa alienação do Senado diante da realidade econômica do Brasil”.

O senador defendeu a realização de uma auditoria rigorosa na Casa, em todos os contratos, e que se “mexa em todos os porões do Senado”. E acrescentou: “Vamos encontrar mais coisa”. Segundo ele, “administrações longas geram vícios”.

Virgílio acredita que Efraim Moraes (DEM-PB) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), 1º secretário e presidente da Casa à época do recesso, terão de explicar o assunto à sociedade.

**Comissão adia análise de projeto sobre filantrópicas**

Por falta de consenso para a votação, o projeto que altera as regras para a certificação de entidades filantrópicas foi retirado ontem da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor da proposta (PLS 462/08) é Romero Jucá (PMDB-RR). Parte dos membros da comissão não concordou com o parecer do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), que rejeitou, sem discussão, as 64 emendas oferecidas ao projeto, apresentando outras quatro em substituição. Raupp argumentou que as emendas poderiam ser discutidas posteriormente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a matéria será votada em decisão terminativa. "Boa parte dos senadores que compõem a CAE não faz parte da CAS", respondeu Cícero Lucena (PSDB-PB). Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o projeto teve origem numa medida provisória (MP 446/08) devolvida ao Executivo pelo então presidente do Senado, Garibaldi Alves, e sugeriu que o atual presidente da Casa, José Sarney, discuta a questão com a Comissão de Justiça (CCJ). Tião Viana (PT-AC) lembrou que tramita na Câmara um outro projeto sobre filantrópicas. Alguns senadores disseram ainda que, apesar da devolução da MP e, posteriormente, da sua rejeição pela Câmara, alguns itens da medida já surtiram efeito e precisam ser analisados por meio de decreto legislativo.

**Ministros devem discutir MP sobre terras na Amazônia**

A regularização das terras pertencentes à União localizadas na Amazônia e ocupadas de forma irregular será debatida em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Serão convidados os ministros Carlos Minc, do Meio Ambiente; Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário; e Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Proposta por João Pedro (PT-AM) e apoiada por outros senadores, a audiência visa discutir a MP 458, editada no dia 10 de fevereiro. A medida está em exame na Câmara e, em seguida, será votada pelo Senado. O presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), comentou mecanismo contido na MP que transfere para o Ministério do Desenvolvimento Agrário a coordenação do processo de regularização de terras, até então sob responsabilidade do Inra. Essa mudança administrativa pode representar um fato tão relevante quanto o próprio objetivo da medida – observou. O senador também registrou o recebimento de correspondência na qual entidades de Limeira (SP) repudiam decisão do governo federal, de ceder o horto florestal da cidade para fins de reforma agrária. Romeu Tuma (PTB-SP) foi designado para reunir informações e buscar medidas para tentar reverter a situação.

Comissão de Assuntos Econômicos e comissão especial dividem tarefa de propor formas de amenizar a queda na produção e evitar o aumento do desemprego. Retração do mercado de carne e fechamento de frigoríficos preocupam Agricultura e Reforma Agrária

**CAE fará audiências sobre crise financeira**

NA PRIMEIRA REUNIÃO deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deste ano, realizada ontem, foram aprovados 12 requerimentos, cinco deles destinados a debater a crise econômica que afeta o mundo, inclusive o Brasil. Entre os convidados para audiências públicas sobre o tema, estão o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho. Outro requerimento aprovado, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convida a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil da Presidência da República, para debater em audiência pública o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Também há, entre os requerimentos aprovados, solicitações de audiências públicas para discutir os seguintes temas: a crise na citricultura paulista; os problemas enfrentados pela Em-



Sob a presidência de Garibaldi, a Comissão de Assuntos Econômicos discutiu ação integrada com o colegiado que estuda a crise

braer (que já demitiu mais de 4 mil trabalhadores); o planejamento estratégico da Petrobras e o seu respectivo plano de negócio para o período 2009/2013; os elevados spreads bancários; a liberação de R\$ 100 bilhões por parte do Tesouro Nacional para ampliar a capacidade de empréstimo do BNDES; e a desvalorização do real. As datas dessas audiências ainda serão marcadas. Na mesma reunião, aten-

dendo a solicitação de Mercadante, a CAE adiou a votação da programação monetária do Banco Central para o 1º trimestre de 2009. Para o senador, antes de o colegiado deliberar sobre a matéria, é necessário ouvir o presidente da instituição, Henrique Meirelles, a respeito da política monetária e cambial.

**Ceará**  
Os membros da CAE apro-

varam autorização para que o estado do Ceará contrate um empréstimo de US\$ 41 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão usados na modernização e na integração dos sistemas de gestão fiscal, financeira e de ativos do estado. Esses US\$ 41 milhões fazem parte de um total de US\$ 500 milhões a serem empréstados pelo BID a vários estados brasileiros para

o financiamento do Programa de Modernização Fiscal (Profisco). Se a aprovação da operação for confirmada pelo Plenário do Senado, o Ceará será o primeiro estado a ser beneficiado com essa linha de crédito. O objetivo é implantar a escrituração contábil e a contabilidade tributária digitais com a finalidade de integrar os sistemas fiscais estaduais e federal. A intenção é reduzir a evasão fiscal.

**Senadores temem choque de atribuições**

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Garibaldi Alves (PMDB-RN), propôs ontem que a Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, criada este ano pelo presidente do Senado, José Sarney, trabalhe de forma integrada com o colegiado que preside. Para ele, nada impede que os membros da CAE também aprofundem os debates e proponham saídas concretas para a crise, a exemplo do que vai ocorrer com a comissão especial.

Para Garibaldi Alves, o ambiente próprio para o aprofundamento dos debates seria a CAE, até porque, conforme informou, dos cinco componentes da comissão especial, quatro integram aquele colegiado. São eles: Aloizio Mercadante (PT-SP), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS). Apenas o senador Marco Maciel (DEM-PE) não faz parte da CAE. Ele é integrante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

**Fato consumado**  
Segundo relatou Garibaldi, o presidente Sarney observou que a comissão da crise "já é um fato consumado" e já marcou a sua primeira reunião para amanhã.

O vice-presidente da CAE, senador Delcídio Amaral (PT-MS), rechaçou a possibilidade de o colegiado ficar de fora dos debates da crise financeira. A seu ver, as discussões teriam que ser aprofundadas no âmbito da CAE, e não em comissão especial. Delcídio alertou para o risco de a escolha dos cinco senadores, "já chamados de notáveis", para a comissão da crise, "abrir uma brecha nada salutar para que a Casa tenha senadores de primeira e segunda classe".

Os debates surgiram após o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) estranhar a criação da comissão especial. Para Crivella, a CAE é o palco próprio para assuntos econômicos e financeiros, e a comissão especial tem de tudo para esvaziar os debates no colegiado sobre o tema. O senador César Borges (PR-BA) propôs que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos participem da reunião da comissão especial marcada para amanhã.



Valter Pereira (E) preside reunião da CRA, que aprovou requerimento de Goellner

A PREOCUPAÇÃO COM a retração do mercado internacional de carnes e o fechamento de grandes frigoríficos motivou a aprovação de requerimentos para audiências públicas na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre a situação da pecuária. O colegiado é presidido pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Autor do primeiro requerimento, Gilberto Goellner (DEM-MT) alertou para os problemas decorrentes da suspensão dos abates de animais, anunciada pela rede de frigoríficos Independência, uma das maiores exportadoras de carne bovina do Brasil. – O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, sendo de interesse nacional a discussão de uma política de fortalecimento da pecuária e da indústria frigorífica – frisou

A audiência deverá ser realizada terça-feira, informou Valter Pereira. Serão convidados representantes dos ministérios da Fazenda e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da rede de frigoríficos Independência; e das associações brasileiras de exportadoras de carne e de frigoríficos.

**Comissão discutirá crise na pecuária**

A CRA acolheu também requerimento de Raimundo Colombo (DEM-SC) propondo debate sobre os problemas dos produtores de carne suína. Conforme ele, a Rússia é o maior comprador da carne suína brasileira. – Com o agravamento da crise naquele país, os efeitos sobre o setor foram imediatos – disse Colombo. O debate está previsto para o dia 24 de março.

**Agripino: municípios correm risco de falência**

O senador José Agripino (DEM-RN) alertou ontem para o risco de falência de grande número de municípios frente à redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A receita do fundo foi afetada pelas medidas tributárias para atender à indústria automobilística, com isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e pelas mudanças nas alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

– O presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] tomou medidas incorretas e perniciosas para combater a crise. A diminuição na carga tributária, através do IPI e do IR, foi um tiro dado com pólvora alheia à custa da educação, da saúde e de outras obrigações dos prefeitos – assinalou. Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que o governo faz uma reforma tributária às avessas. Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que 4.512 municípios dependem do FPM. Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

propôs rediscutir o pacto federativo. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou a situação dos prefeitos. Wellington Salgado (PMDB-MG) registrou a queda na receita e o aumento na folha de pagamento dos municípios.



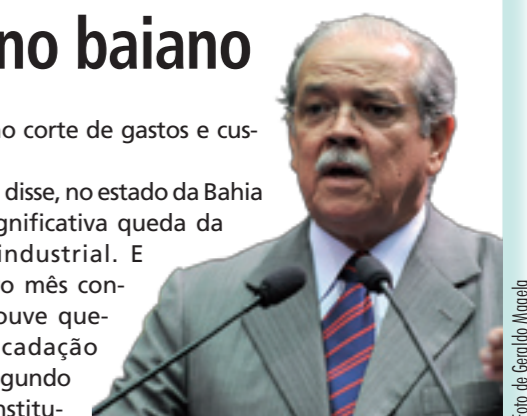
Agripino condena a concessão de incentivos fiscais às custas do FPM

**César Borges pede mais ação do governo baiano**

César Borges (PR-BA) cobrou do governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), a adoção de medidas energéticas destinadas a combater os efeitos da crise econômica para empresas e trabalhadores. – Nós assistimos diversos estados brasileiros lançarem programas de investimento, de redução de tributos, de parcelamento de dívidas, de parcelamento de pagamento de tributos. Mas o governo da Bahia tem agido de

forma tímida para aliviar os efeitos da crise sobre a população baiana – reclamou. Para fazer justiça, ele lembrou a decisão do governo estadual de dividir o recolhimento do ICMS, mas apenas para o setor metalúrgico. Em sua opinião, é preciso estender o benefício a outros ramos, como o comércio. César Borges também pediu a anistia de multas e de débitos tributários, assim como ênfase nos investimentos

públicos e no corte de gastos e custos. Conforme disse, no estado da Bahia "há uma significativa queda da produção industrial. E pelo terceiro mês consecutivo, houve queda de arrecadação do ICMS, segundo dados do Instituto dos Auditores Fiscais do estado.



César Borges defende a anistia de multas e de débitos tributários

**Virgílio sugere ao governo unir lideranças em um comitê**

"É hora de um comitê de crise, de um gabinete que envolva as lideranças responsáveis deste país sem olhar a que partido pertencem", propôs Arthur Virgílio (PSDB-AM), em Plenário. Porém, para que seu partido participe do diálogo, é necessário, antes, que o presidente Lula "admita o caráter drástico da crise e que ela não será resolvida no próximo semestre ou no próximo ano", afirmou. – Presidente, lidere a nação, as-

suma a crise e ajude a nação a enfrentá-la, em primeiro lugar, diagnosticando com correção e apontando os remédios. Se o diálogo se der nesse nível, meu partido, o PSDB, está às ordens para esse diálogo – ressaltou. De acordo com o senador, três razões fizeram com que o Brasil sentisse severamente os efeitos da crise mundial. A primeira foi o fato de os países importadores dos nossos produtos estarem comprando menos, ou por se encontrarem em retração, como a China, ou em recessão, como os Estados Unidos. As

outras razões, segundo ele, "são culpa dos gastos correntes elevados do governo brasileiro": a queda nos investimentos e a diminuição no consumo. Arthur Virgílio concorda que o Brasil está mais forte para enfrentar a crise. "Porém, não devido ao Programa de Aceleração do Crescimento [PAC], mas, sim, a instrumentos deixados pelo governo anterior: a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional [Proer]".

– O senador ainda sugeriu o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar mais atraente o ambiente de negócios para investimentos; a revisão criteriosa dos gastos de custeio para reduzir as despesas do governo federal; a revisão detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do governo central e das estatais federais para priorizar projetos; a redução agressiva da taxa Selic; e a redução dos compulsórios bancários para que a liquidez gerada seja direcionada para empresas e famílias.

– O senador ainda sugeriu o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar mais atraente o ambiente de negócios para investimentos; a revisão criteriosa dos gastos de custeio para reduzir as despesas do governo federal; a revisão detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do governo central e das estatais federais para priorizar projetos; a redução agressiva da taxa Selic; e a redução dos compulsórios bancários para que a liquidez gerada seja direcionada para empresas e famílias.

**Collor aponta obras do PAC como saída para economia**

"Não é hora para debates ideológicos sobre o rumo da crise ou mesmo de querer refundar o capitalismo", afirmou o senador Fernando Collor (PTB-AL). – Não nos iludamos: a crise é de enormes proporções e está longe de acabar. Ela começa ruim e, paulatinamente, agrava-se. Começou no sistema financeiro, mas já atinge o lado real da economia. E, como num círculo vicioso, o processo retorna de forma talvez ainda mais

crítica ao próprio sistema financeiro – disse. Collor frisou que, no Brasil, o "canal de contaminação não foi, como em crises anteriores, o sistema financeiro, mas a redução brusca das exportações". O senador afirmou que a crise é uma excelente oportunidade para o Brasil avançar, desde que invista na sua infraestrutura, mediante um remodelamento e um reforço no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), capacitando o país na reversão do ciclo quando a economia voltar a crescer.

– O senador ainda sugeriu o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar mais atraente o ambiente de negócios para investimentos; a revisão criteriosa dos gastos de custeio para reduzir as despesas do governo federal; a revisão detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do governo central e das estatais federais para priorizar projetos; a redução agressiva da taxa Selic; e a redução dos compulsórios bancários para que a liquidez gerada seja direcionada para empresas e famílias.

– O senador ainda sugeriu o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar mais atraente o ambiente de negócios para investimentos; a revisão criteriosa dos gastos de custeio para reduzir as despesas do governo federal; a revisão detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do governo central e das estatais federais para priorizar projetos; a redução agressiva da taxa Selic; e a redução dos compulsórios bancários para que a liquidez gerada seja direcionada para empresas e famílias.

**Papaléo critica governo por aumentar gasto de custeio**

Ao comentar os dados referentes à queda de 3,6% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no quarto trimestre do ano passado em relação ao terceiro trimestre, Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou as medidas adotadas pelo governo na condução da economia diante da crise financeira mundial. Na avaliação do senador, o grande erro do governo foi que-

ter combater a crise com investimentos sem, no entanto, cortar despesas. Ele se referiu, especialmente, ao aumento dos gastos com custeio da máquina pública. – Desde o ano passado, a bancada do PSDB vem apontando quase que diariamente nesta tribuna o desleixo do governo para o problema da crise e a forma irresponsável como é conduzida a política fiscal – disse. Ao mesmo tempo, avaliou o parlamentar, os resultados do Programa de Aceleração

do Crescimento têm deixado a desejar. Ele acusou o governo de utilização eleitoreira do programa. Na opinião de Papaléo, dos dados divulgados, a queda registrada do superávit primário – da ordem de 2,14% – é um exemplo de como as finanças do país estão fora de controle. – As incertezas são preocupantes. O desca- samento entre arrecadação e gasto público terá impacto negativo este ano – previu.

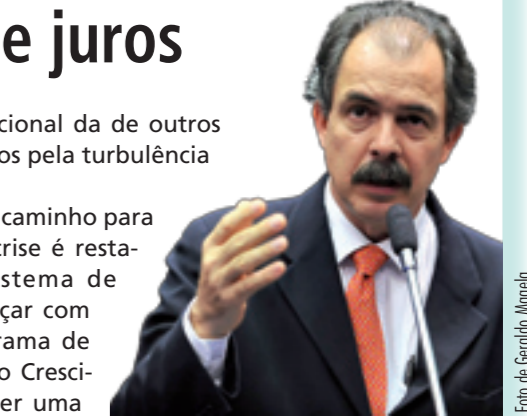
– O senador ainda sugeriu o aperfeiçoamento da regulação e da segurança jurídica para tornar mais atraente o ambiente de negócios para investimentos; a revisão criteriosa dos gastos de custeio para reduzir as despesas do governo federal; a revisão detalhada dos programas de investimento dos orçamentos do governo central e das estatais federais para priorizar projetos; a redução agressiva da taxa Selic; e a redução dos compulsórios bancários para que a liquidez gerada seja direcionada para empresas e famílias.

**Mercadante: austeridade e redução de juros**

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse da tribuna que o Brasil precisa manter o equilíbrio das contas públicas para se proteger dos efeitos negativos da crise financeira global, além de reduzir a taxa de juros como forma de garantir a continuidade dos investimentos no país. – A austeridade no custeio é fundamental para que o Brasil não volte a se endividar na crise. É preciso

investir mais e, ao mesmo tempo, que a taxa básica de juros caia mais rapidamente. A queda dos juros no Brasil está atrasada; os indicadores mostram isso – alertou. Mercadante destacou medidas adotadas pelo Brasil diante da crise, como a redução dos depósitos bancários compulsórios e de impostos, apontou o aumento das reservas cambiais brasileiras e enumerou alguns aspectos que diferenciam a

economia nacional da de outros países afetados pela turbulência global. – O melhor caminho para enfrentar a crise é restabelecer o sistema de crédito, avançar com o PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e fazer uma parceria entre governo e oposição.



Mercadante afirma que é preciso restabelecer sistema de crédito

**PSDB adverte que "país já está em recessão"**

Após destacar que a economia brasileira já se encontra tecnicamente em recessão, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), disse ontem que o governo se recusa a reconhecer a gravidade da situação, limitando-se a anúncios de factóides sobre enfrentamento da crise financeira. Até agora, afirmou, o presidente Lula se limitou

a fazer discursos para manter seu grau de aprovação popular. – As pessoas estão começando a ficar preocupadas. Não dá para enfrentar isso [a crise] com discursos do presidente, por mais que ele seja um excelente comunicador, um líder de ampla aprovação – alertou. As críticas foram feitas um dia depois da divulgação dos últimos

dados sobre o desempenho econômico. O IBGE anunciou uma queda de 3,6% na atividade no quarto trimestre do ano passado, em relação ao trimestre anterior – o maior recuo da série histórica do PIB desde o início de sua apuração na base atual, em 1996.



Sérgio Guerra: "Não dá para enfrentar a crise com discursos"

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Foto de Genildo Magalhães

Comissão aprova debate sobre leilão de energia eólica e convite ao ministro Edison Lobão para que esclareça supostas declarações sobre fundo de pensão de Furnas



Ao lado de Cícero Lucena (E), Renato Casagrande preside reunião da CMA em que foram votadas diversas matérias

## Exigência do uso de madeira certificada em obras públicas

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, com emendas, projeto de Gerson Camata (PMDB-ES) que exige que a madeira utilizada em obras e serviços realizados com recursos públicos pela administração pública direta e indireta da União, dos estados e municípios seja comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável, devidamente

aprovado pelo órgão ambiental competente.

O texto original previa tal exigência para todas as obras e serviços nos quais fossem empregados recursos públicos. Emenda do relator, senador César Borges (PR-BA), acolhida pela CMA, especificou que a regra não abrange os projetos levados a cabo por entidades de direito privado, mesmo que financiados com verbas públicas.

César Borges afirmou que

a proposta tem o mérito de incentivar o uso de madeira certificada em projetos públicos, o que pode estabelecer um novo padrão de mercado. O parlamentar lembrou que o poder público tem a obrigação de preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras. O PLS 247/08 segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa.

## Audiência pública debate leilão de energia eólica

Foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle requerimento para realização de audiência pública com o objetivo de discutir os termos do leilão de energia eólica a ser promovido pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Foram convidados para a audiência o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc; o diretor-geral interino da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo Alves de Santana; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (Epe), Maurício Tomalsquim; o conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeólica), Sérgio Marques; o diretor-presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (Anace), Paulo Mayon; e o professor de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Marques de Toledo Camargo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou Renato Casagrande (PSB-ES) por ter proposto a discussão sobre geração de energia eólica e disse que essa fonte energética deveria ser ampliada para âmbito nacional devido ao clima apropriado.

Por sugestão da relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), foi retirado de pauta o projeto de lei que inclui as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos.

## Convite a Lobão para esclarecer declarações

A CMA aprovou ontem requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para convidar o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, a prestar esclarecimentos ao colegiado sobre as declarações – atribuídas a ele pela imprensa – de que haveria atos “de banditagem” realizados pela atual diretoria da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas.

Ao justificar o pedido, a senadora lembrou que as declarações do ministro tiveram grande repercussão nacional. Segundo Marisa Serrano, a Fundação Real Grandeza é o 11º fundo de pensão do país, com um patrimônio de R\$ 5,6 bilhões, e movimenta cotas de 6.858 aposentados, 5.648 funcionários ativos e 23.356 dependentes.

### Regularização fundiária

A comissão também acolheu requerimento de Jefferson Praia (PDT-AM) para a realização de diligência pública na Assembleia Legislativa do Amazonas, com o objetivo de discutir a Medida Provisória 458/09, que trata da regularização fundiária na região da Amazônia Legal. Jefferson disse que sua proposta visa articular um fórum de debates que apresente sugestões ao futuro relator da MP no Senado.

## Tião Viana contesta *Fantástico* e aponta melhorias sociais no Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) contestou ontem reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, que teria cometido um equívoco na avaliação do desenvolvimento social do estado do Acre. Ao lançar mão do índice de desenvolvimento humano (IDH) do ano 2000, o programa traçou um quadro bastante negativo do Acre, com foco na pequena cidade de Jordão, de acordo com o senador.

Tião Viana explicou que Jordão é uma cidade modesta, ainda mais se utilizado como medida o IDH, indicador composto e que aponta as condições gerais no que diz respeito à expectativa de vida, à escolaridade e à renda. O IDH, entretanto, é considerado pelo parlamentar



Tião Viana diz que IDH ignora as boas condições ambientais da comunidade

como um índice duro, ortodoxo, pois não leva em conta as boas condições ambientais e também o acesso barato a alimentos como o peixe, para medir o nível do bem-estar das comunidades.

## Marisa cobra transparência na gestão de convênios do governo

Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou ontem requerimento ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, solicitando que libere aos parlamentares o acesso ao Portal de Convênios do governo federal. Esse portal viabiliza aos órgãos concedentes e convenientes o gerenciamento *on-line* de todos os convênios cadastrados, por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses (Siconv).

– É um preceito constitucional a fiscalização dos gastos públicos por parte do Congresso Nacional. No meu gabinete e de outros parlamentares, as queixas são inúmeras, uma vez que as prefeituras encontram muitas dificuldades na implan-



Marisa: prefeituras têm dificuldades na implantação de convênios

tação dos convênios para o Orçamento de 2009 – disse a senadora.

O Siconv e o Portal de Convênios foram legalmente instituídos pelo Decreto 6.170, de 25 de julho de 2007.

## Jayme Campos e Adelmir prestam homenagem a líder empresarial

Os senadores Jayme Campos (DEM-MT) e Adelmir Santana (DEM-DF) homenagearam ontem o ex-presidente da Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio) de Mato Grosso Jamil Boutros Nadaf, falecido no domingo, aos 83 anos. Jayme Campos apresentou voto de pesar pelo falecimento do “líder empresarial” e foi apoiado por Adelmir Santana.

Jayme Campos informou que Jamil Nadaf foi presidente da Fecomércio-MT por 18 anos e que toda sua vida foi dedicada

ao empreendedorismo e à atividade econômica, tendo sido também presidente da Associação Comercial e Empresarial de Cuiabá.

– Esse negociante, nascido na Síria, chegou ao Brasil em maio de 1948 e amou sua nova pátria como poucos. O Brasil deu a ele o respeito e a dignidade que motivaram sua longa viagem. Em Mato Grosso, Jamil encontrou seu oásis de prosperidade, criando tradição no comércio e liderança entre seus colegas – disse Jayme Campos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Gilvam Borges • Serys Slhessarenko • Papaléo Paes

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:  
Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Antonio Carlos Júnior critica ação do ministro da Justiça

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) protestou ontem, em Plenário, pela “desatenção” do ministro da Justiça, Tarso Genro, a requerimento por ele enviado ao ministério em julho do ano passado. No requerimento, ele pediu que a Polícia Federal – subordinada ao ministro – desmentisse notícia publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* segundo a qual um organograma montado pela instituição incluiria o seu nome em “uma rede de influências em torno do senhor Daniel Dantas”.

Dono do banco Opportunity, Dantas foi investigado e preso na chamada Operação Satiagraha e depois condenado a dez anos de prisão, em primeira instância, pela Justiça Federal.

Antonio Carlos Júnior, que acusou Tarso Genro de misturar “convicções ideológicas com



Senador afirma que Tarso Genro foi desatento em relação a requerimento

suas obrigações”, afirmou que a assessoria parlamentar do Ministério da Justiça informou que seu requerimento fora encaminhado ao Departamento de Polícia Federal e que “isso era tudo”.

– Absolutamente nada aconteceu, além do evidente desprezo por uma demanda vinda de um senador da República – protestou.

## Sérgio Guerra denuncia esquema de governo no caso Protógenes

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse acreditar que a atuação do delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz origina-se em um esquema de poder – denominado pelo senador de “lulista-petista” – que teria incentivado grupos de dentro da PF a atuar como “arapongas” contra desafetos políticos e adversários no mundo dos negócios. Sérgio Guerra fez a afirmação ao comentar denúncias de que o delegado e sua equipe teriam grampeado e investigado ilegalmente autoridades e políticos durante a Operação Satiagraha.

– Quem semeia ilegalidades como arma política, colhe instituições desmoralizadas – afirmou o senador.

Segundo ele, a atuação do delegado Protógenes Queiroz seria mais um exemplo de retrocesso democrático. A seu ver, “não é o primeiro nem será o último que veremos nesse oco do governo Lula”.

– O esquema de poder que alimenta e usa as criaturas do submundo é o mesmo que pariu Waldomiro Diniz, o mensalão, a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo, o dossiê dos “aloprados” e o dossiê da Casa Civil, da ministra Dilma Rousseff – apontou o senador.

Quanto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Sérgio Guerra afirmou que dele não há o que se esperar, até porque nada sabe do “que se passa na sala ao lado do Palácio do Planalto”.

## Mário Couto quer apuração de compra de kits

Em ofício, o senador Mário Couto (PSDB-PA) solicitou providências urgentes ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, para apurar o que classificou de escândalo dos kits em seu estado. A governadora Ana Júlia Carepa, segundo o senador, teria adquirido kits escolares a preços superfaturados, com logotipos e textos elogiosos a sua gestão, o que fere o princípio da impessoalidade e é um ato de improbidade administrativa. Mário Couto também pediu que o Ministério Público estadual investigue a denúncia.

Ao apontar o superfaturamento no processo licitatório para a aquisição desses kits escolares, Mário Couto disse que foram adquiridos por R\$ 9, quando poderiam ser encontrados em qualquer livraria por R\$ 4,70. Segundo o parlamentar, foi comprado 1 milhão de kits com logomarca e elogios à governadora.

## Pará sofre pedido de intervenção, diz Flexa Ribeiro

Ao pedir a palavra pela ordem, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comunicou ao Plenário que a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) – atuando como presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) – entregou ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargador Rômulo Nunes, pedido de intervenção federal no estado. O pedido foi motivado pelo descumprimento de sentenças de reintegração de posse de áreas rurais.

Kátia Abreu, informou Flexa Ribeiro, foi acompanhada ao tribunal pelo presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará, Carlos Xavier. De acordo com o senador, são mais de cem mandados de reintegração de posse que “foram desconsiderados pela governadora”, a ex-senadora Ana Júlia Carepa. Ele lamentou que o Pará seja constantemente “notícia na mídia nacional por malfeitos da gestão atual”.

Senador pernambucano ressalta que não atribuiu a integrantes do PMDB contratação de investigação; Sarney explica que texto reflete informações da revista *Veja*

## Jarbas diz que ofício sobre espionagem distorce fatos

O SENADOR JARBAS Vasconcelos (PMDB-PE) fez um reparo, em Plenário, ao teor do ofício enviado pelo presidente do Senado, José Sarney, ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, e ao ministro da Justiça, Tarso Genro, pedindo a investigação da denúncia publicada pela revista *Veja* de que teria sido alvo de espionagem em Pernambuco. Para Jarbas, o texto do ofício “não retrata a verdade dos fatos”.

– Vossa excelência procura, não sei com que objetivo, distorcer a matéria da *Veja*, e por consequência minhas declarações, ao afirmar que denunciei uma investigação contratada por integrantes do PMDB. Não fiz em momento algum essa declaração, não citei o partido, sua direção ou qualquer de seus integrantes, apesar de haver sido ameaçado publicamente por vários deles. Só acusaria alguém se possuísse provas – disse.

De acordo com a matéria da revista, um especialista pernambucano em inteligência procurou o senador para informar que



Jarbas espera rapidez em todos os episódios

teria sido contratado para uma investigação. Essa investigação teria como responsável uma empresa internacional, famosa por seu envolvimento em litígios corporativos. No entanto, quando soube que Jarbas Vasconcelos seria o alvo do “contrato”, o investigador preferiu não aceitar a missão.

### Agilidade

Jarbas Vasconcelos elogiou a rapidez com que José Sarney tomou a providência de redigir os ofícios e de instaurar sindicância na Corregedoria da Casa e disse esperar a mesma agilidade na investigação de eventuais episódios que venham a ocorrer com outros colegas, como os que aconteceram nos últimos anos,

## Sarney: “Mando apurar o que a revista divulga”

O presidente do Senado, José Sarney, rebateu ontem, em Plenário, críticas feitas por Jarbas Vasconcelos a teor de ofício encaminhado por seu gabinete ao Ministério da Justiça pedindo a abertura de inquérito, pela Polícia Federal, para verificar denúncias do senador pernambucano de que estaria sendo vítima de espionagem.

Relendo em Plenário o ofício enviado ao ministério, Sarney negou ter atribuído a Jarbas Vasconcelos a acusação de que o PMDB teria contratado uma empresa para espioná-lo. De acordo com Sarney, o ofício apenas conteria informações transcritas da revista *Veja* desta semana, que publicou a denúncia.

– Em nenhum momento eu alu-

di que o senador Jarbas Vasconcelos tivesse feito essas acusações. O único fato [contido no ofício] é essa divulgação da revista *Veja*. Como estamos vendo, eu mando apurar o que a revista divulga. É esse o objetivo da apuração, no interesse dos senhores senadores – explicou.

### Crítica

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou seu apoio ao presidente do Senado, mas o censurou por, em sua opinião, não ter conversado com Jarbas Vasconcelos para verificar a possibilidade de mais alguma providência que o senador pernambucano pudesse julgar necessária.

Em seguida à manifestação

quando senadores e familiares foram vítimas de escuta clandestina ou vazamento de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público.

Jarbas citou reportagem publicada em 10 de outubro de 2007, pela *Veja*, detalhando uma operação de espionagem contra Marconi Perillo (PSDB-GO) e De-

mostenes Torres (DEM-GO). O “trabalho” teria sido realizado por um assessor da Presidência, Francisco Escórcio. Mencionou ainda reportagem de 31 de outubro registrando ofensiva contra senadores favoráveis ao afastamento de Renan Calheiros (PMDB-AL) da Presidência da Casa. Documento apócrifo distribuído nos gabinetes do Senado atacava o então senador Jefferson Péres, morto em 2008.

Ele lembrou também reportagem de 5 de dezembro de 2007, com detalhes sobre a contratação de detetives particulares para investigar a vida de Marconi Perillo. A investigação, disse Jarbas, teria sido contratada pelo próprio Senado.

de Arthur Virgílio, José Sarney, reconhecendo a procedência da crítica formulada pelo líder tucano, desculpou-se pela falha, lembrando que, devido à urgência requerida pelo caso, teve o cuidado apenas de elaborar imediatamente o ofício e encaminhar cópia para o gabinete de Jarbas Vasconcelos a fim de que este tomasse conhecimento das medidas encaminhadas.

Já o senador Mário Couto (PSDB-PA), agradecendo a Sarney pelas providências tomadas para a proteção de sua vida em virtude de ameaças que recebeu, disse ter “certeza absoluta” de que todas as ações do presidente da Casa se deram dentro das melhores intenções de defender Jarbas Vasconcelos e todo o Senado.

## Renan elogia providências do presidente do Senado

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) aplaudiu a decisão tomada pelo presidente do Senado de encaminhar ao Ministério da Justiça e ao Ministério Público ofícios pedindo investigações a respeito de denúncia publicada pela *Veja* de suposta espionagem contra Jarbas Vasconcelos. Ele disse que o presidente da Casa, José Sarney, adotou os procedimentos que deveria e registrou que Jarbas negou ter dito à revista que o PMDB teria contratado a “arapongagem”.

Porém, Renan discordou de Jarbas a respeito de um suposto ato de espionagem ocorrido em

Goiânia contra os senadores Marconi Perillo e Demostenes Torres. O senador por Pernambuco disse em seu pronunciamento que esse caso não foi resolvido e, por consequência, nenhum dos envolvidos foi punido. Renan Calheiros discordou da afirmação.

– O caso de Goiânia, o Senado todo conhece, foi uma brincadeira de mau gosto. Nunca é demais lembrar que foi por causa dessa invenção que fui obrigado a tirar uma licença da Presidência do Senado. O caso já foi investigado e todos os envolvidos negaram: o governador do estado e os senadores que



Renan: “O caso de Goiânia foi uma brincadeira de mau gosto”

teriam sido vítimas de “arapongagem”. Um fato não tem nada a ver com o outro – explicou Renan Calheiros.

Na avaliação do senador alagoano, que é líder do PMDB, o Senado precisa voltar a debater saídas para a crise econômica mundial que repercute no Brasil.



Cristovam cita caso da menina de 9 anos que abortou após estupro

## Cristovam lamenta baixo número de jovens recuperados

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou o baixo índice de recuperação de jovens infratores – apenas quatro em cada cem – internados em uma instituição modelo do Distrito Federal, conhecida como Granja das Oliveiras. Os demais, “ou morrem em dois anos ou voltam ao crime”. O senador disse ter ouvido “essa realidade estarrecedora” do diretor da instituição.

Conforme Cristovam, o diretor informou que os jovens “saem muito bem” da Granja das Oliveiras, inclusive com profissão, mas a realidade de casa e das ruas acaba por levá-los novamente ao crime.

O senador lamentou ainda o caso da menina de 9 anos, em Pernambuco, estuprada pelo padrasto e submetida a aborto. Ele afirmou que quase todos os envolvidos são vítimas – inclusive o estuproador. O bispo que excomungou os médicos que fizeram o aborto, observou, também “é vítima da legislação canônica”.



Valdir Raupp registra lançamento de agenda legislativa do setor

## Raupp lembra importância do cooperativismo

A importância do setor cooperativista para o país foi destacada em discurso pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ao registrar o lançamento, hoje, da Agenda Legislativa do Cooperativismo 2009. A iniciativa é da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop).

Raupp, que integra a frente parlamentar, disse que a agenda está em sua terceira edição e relaciona as propostas legislativas de interesse das cooperativas brasileiras.

– Ela representa ainda as conquistas legislativas alcançadas pelo setor em 2008, bem como os desafios e as perspectivas de avanço legislativo projetadas para a atividade cooperativa no presente exercício – acrescentou. Em aparte, Marisa Serrano (PSDB-MS) elogiou o pronunciamento.

Para instruir matéria, Comissão de Educação realizará, em data a ser definida, audiência pública com a presença de representantes de ministérios e federação de trabalhadores

# Vigilante de universidade pode ter adicional de risco

A CRIAÇÃO DE um adicional de atividade de risco para vigilantes de instituições federais de ensino superior ou de pesquisa científica e tecnológica será discutida em audiência pública pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em data ainda a ser marcada. O benefício é previsto em projeto de lei do

senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), sob exame do colegiado. O debate foi proposto pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Em defesa da proposição (PLS 179/08), Zambiasi afirma que é preocupante a crescente violência enfrentada pelos vigilantes universitários, que em muitos casos “são obrigados a realizar funções que deveriam ser exercidas pela polícia civil ou militar”. O senador lembra que esses vigilantes, apesar de estarem encarregados de manter a segurança nos *campi* universitários, não podem deter infratores nem portar armas de fogo.

Além da apreciação na CE, a matéria também terá de ser examinada na comissões de Constituição, Justiça e Cidadania



Zambiasi (C) lembra riscos enfrentados nos *campi* por seguranças

nia (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) – nesta última em decisão terminativa.

Serão convidados para a audiência pública representantes dos ministérios da Educação e do Planejamento, da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras e da Associação dos Servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## Unibarças

A CE aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto (PLS 602/07) do senador Jayme Campos (DEM-MT) que autoriza o Executivo a criar uma universidade federal no município de Barra do Garças (MT).

O texto original determinava que o nome da instituição seria

criar ou não a entidade caberá ao Executivo. Universidade Federal do Araguaia (Univale), mas emenda do relator, Gilberto Goellner (DEM-MT), alterou a denominação para Universidade Federal de Barra do Garças (Unibarças). Como a proposta é autorizativa, ainda que seja aprovada no Congresso Nacional, a decisão final de

criar ou não a entidade caberá ao Executivo. Outra proposição aprovada pela comissão foi o projeto da Câmara (PLC 112/08) que institui a Semana de Educação para a Vida. O objetivo da iniciativa é promover o debate, nas escolas públicas de todo o país, das questões relacionadas a meio ambiente, educação sexual e violência, entre outros temas.

A CE acolheu ainda o PLC 127/08, que dá ao aeroporto de Cruzeiro do Sul (AC) o nome de Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul – Marmud Cameli. Também foi aprovado o PLC 102/08, que institui o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito. Ambos os projetos serão submetidos agora ao Plenário.

## Nome de Vargas será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria



Vários senadores apoiaram a homenagem a Getúlio Vargas

O nome do ex-presidente da República Getúlio Dornelles Vargas deverá ser inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 107/08) do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O relator da proposta, Pedro Simon (PMDB-RS), lamentou que o Brasil ainda não tenha a tradição de valorizar os seus heróis e a sua história.

– Colocar o nome de Getúlio Vargas nesse memorial me parece absolutamente correto. Vargas foi um grande estadista. Ninguém mais do que ele mereceu isso – destacou o parlamentar gaúcho.

Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que o Brasil seja atualmente um “país sem heróis”. O senador relatou conversa com o diretor de uma instituição de jovens infratores do Distrito Federal em que perguntou quem seriam os seus heróis. Cristovam disse ter sido surpreendido ao saber que o maior ídolo daqueles jovens era o traficante Fernandinho Beira-Mar.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) observou que a única restrição de seu partido a Getúlio Vargas seria o episódio da extradição da revolucionária alemã Olga Benário, então companheira do líder comunista Luís Carlos Prestes, para a Alemanha nazista. Os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Gilberto Goellner (DEM-MT) apoiaram a homenagem.

A comissão também aprovou projeto de lei do Senado (PLS 341/08), de Paulo Paim (PT-RS), que denomina Luís Carlos Prestes a ponte localizada sobre o rio Gravataí, no quilômetro 270 da rodovia BR-116, no Rio Grande do Sul.

A CE acolheu ainda projeto (PLS 136/03) que permite às pessoas jurídicas armazenar, em meio magnético, os livros comerciais “livro diário” e “livro razão”. A medida, segundo o relator, Adelmir Santana (DEM-DF), ajudará a reduzir os custos das empresas.



“Está aberta uma perspectiva a quem deseja se candidatar”, ressalta Ideli

## Ideli destaca pesquisa sobre a mulher na política

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) segundo a qual 90% dos brasileiros estariam dispostos a eleger mulheres para ocupar cargos públicos.

Para a senadora, a pesquisa representa uma “demonstração clara” de que há espaço ainda a ser ocupado pelas mulheres na cena política.

– Bravas mulheres brasileiras, está aí aberta uma perspectiva mais que positiva a quem desejar se candidatar a prefeita, governadora ou presidenta da República – afirmou.

Ideli destacou também a assinatura de contratos, no dia 6, em Itapiranga (SC), para instalação de biodigestores destinados à produção de gás e energia elétrica a partir de dejetos suínos.

Na mesma sessão, ela apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do padre Sérgio Maykot, na última sexta-feira, por infarto do miocárdio.



Presidente lançou programa contra a violência, informa Gerson Camata

## Camata ressalta ações de Lula no Espírito Santo

Gerson Camata (PMDB-ES) agradeceu a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez sexta-feira ao Espírito Santo. O senador considerou de grande importância as três ações do presidente no estado, especialmente o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) no Complexo de São Pedro, um bairro pobre de Vitória. Segundo Camata, foram destinados R\$ 49 milhões para um programa piloto de contenção da violência na área.

O senador elogiou o programa e disse que, até então, a violência era uma questão que “o secretário de Segurança empurrava para o prefeito, o prefeito para o governador”, e nunca se encontrava uma solução.

O presidente Lula participou ainda da inauguração da terceira etapa da usina de processamento de gás de Cacimbas e fez a entrega de quatro novas escolas técnicas no estado.